

Nota de Repúdio às Indústrias Moageiras Cargill, Olam e Barry Callebaut

Repudiamos veementemente a conduta das indústrias moageiras Cargill, Olam e Barry Callebaut na compra de cacau dos produtores brasileiros, marcada pela imposição de preços inferiores às cotações internacionais da bolsa de Nova York, mediante aplicação de deságio sobre o valor do produto. Tal prática representa grave desrespeito e exploração da base produtora nacional.

Mesmo diante da valorização histórica do cacau no mercado internacional, os produtores brasileiros — em sua maioria pequenos e médios agricultores — seguem submetidos a remuneração injusta e artificialmente reduzida. Esse cenário decorre da concentração do setor nas mãos de um oligopsonio que controla mais de 90% do beneficiamento das amêndoas de cacau no país.

Além de comprometer a renda dos agricultores, essa concentração enfraquece a livre concorrência e amplia o desequilíbrio econômico no setor. Soma-se a isso a utilização do regime de “drawback”, que permite a importação de cacau com isenção tributária vinculada à exportação do produto industrializado, mecanismo que favorece ainda mais as moageiras e pressiona para baixo os preços pagos ao produtor nacional.

Repudiamos, entre outras práticas:

- a aplicação de deságio que impede o produtor de acessar a valorização internacional do cacau;
- condutas indicativas de formação de cartel para manipulação de preços;
- o uso do drawback para reduzir artificialmente os preços internos;
- a imposição de condições contratuais abusivas decorrentes do exercício arbitrário o poder econômico.

Exigimos que o Ministério Público Federal (MPF) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) promovam investigação urgente sobre possíveis práticas anticoncorrenciais e adotem medidas de proteção aos produtores brasileiros.

Defendemos ainda:

- a revisão do regime de drawback aplicado ao cacau;
- políticas de incentivo à entrada de novas empresas no beneficiamento de amêndoas;
- mecanismos de transparência e justiça na formação e repasse de preços ao produtor.

Convocamos a sociedade civil, entidades representativas e o poder público a se mobilizarem em defesa da cacauicultura brasileira, garantindo condições dignas, equilíbrio econômico e valorização do trabalho dos produtores.

Ilhéus (BA), 19 de maio de 2026.

Sindicato Rural de Ilhéus